

Medidas duras contra inflação só em 94

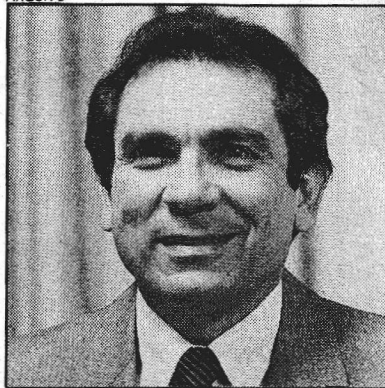
Sandro Silveira

Assessor direto do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, afirmou que "a equipe ainda está pavimentando o caminho para lançar-se em um combate mais direto contra a inflação. Somente em 1994 teremos condições de deslanchar esse processo. Este ano, virão medidas que visam a preparar o campo", observou.

Esta semana, Cardoso disse que "o envio do orçamento ao Congresso não garante nada. Precisamos conhecer o que os parlamentares vão, de fato aprovar. Depois, agiremos". O senador Raimundo Lira (PFL/PB), presidente da Comissão de Orçamento, prometeu ao ministro esforço para aprovação ainda este ano.

Entretanto, Lira salientou que "mesmo com esse esforço, o período mais provável para aprovação situa-se entre 30 de janeiro e 15 de fevereiro". O primeiro passo para tornar mais rápido esse

ARQUIVO



Senador Raimundo Lira

processo será o envio, na terceira semana deste mês, do Orçamento Geral da União, reelaborado (sem o déficit de 25 bilhões de dólares) para o Congresso Nacional.

Outro esforço está sendo feito para tornar mais ágil a votação. Os assessores da Comissão de Orçamento estão acompanhando a reelaboração do projeto para que os parlamentares já conheçam seu conteúdo assim que ele chegar ao Congresso. Lira acredita que isso pode "economizar

duas semanas".

FMI — O assessor do ministro afirmou que "outro sinal de que a paulada só será dada ano que vem é o adiamento do fechamento final do acordo com os bancos credores de fevereiro para 15 de abril. Se tudo já estivesse definido aqui dentro não haveria necessidade disso", argumenta.

Os contratos para pagamento da dívida externa de 36 bilhões de dólares aos bancos credores só entrarão em vigor após acordo entre Brasil e Fundo Monetário Internacional (FMI). O adiamento aconteceu porque o País não tem condições de apresentar ao órgão, ainda este ano, uma proposta consistente de combate à inflação.

Ele reiterou que "é uma aventura lançarmos qualquer plano sem conhecermos além do orçamento, os impostos com os quais poderemos contar em 1994. Precisamos ter uma idéia exata da situação financeira do País para dosarmos a paulada", reforçou.